MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

1978 – PROLONGAMENTO DA CRISE

O ano de 1978 constitui-se em mais uma etapa da crise por que passam as indústrias de máquinas e implementos agrícolas no país. A produção de tratores, cuja evolução é acompanhada pelos demais segmentos do setor, caiu pela segunda vez consecutiva, alcançando apenas 47.870 unidades. Esta performance significou reduções de 8% e 25%, em relação aos níveis atingidos em 1977 e 1976, respectivamente, fazendo com que a ociosidade do parque industrial ultrapassasse a casa dos 50%. As vendas internas atingiram 40.875 unidades, 14% abaixo do volume vendido em 1977. Embora pouco significativas, as exportações totalizaram 6.125 tratores agrícolas, representando um aumento de 45% em relação a 1977. O segmento de colheitadeiras, com uma produção de 4.100 unidades em 1978, ficou 44% abaixo do recorde de 1976, elevando o grau de ociosidade industrial para 67%.

Diante desse fraco desempenho, inúmeras foram as indústrias que enfrentaram dificuldades financeiras ou tiveram-nas acentuadas, tais como Industrial Pampeiro, Agrale, Massey-Ferguson, Nora, Schneider &Logeman e Ideal. Duas têm sido as principais conseqüências desse processo de endividamento das empresas: a primeira refere-se ao nível elevado de desemprego, principalmente no Rio Grande do Sul; a segunda diz respeito à intensificação do processo de desnacionalização de um setor já fortemente internacionalizado.

RESTRIÇÃO DE CRÉDITO – CAUSA MEDIATA

Essa conjuntura negativa tem origem nas medidas de restrição do crédito, implementadas dentro da política anti-inflacionária, a partir de 1976. Anteriormente, a expansão significativa dos financiamentos havia nutrido a demanda de tratores agrícolas, cuja produção cresceu 31% ao ano no período 1969/76.

IMPASSE NO MERCADO

Afora todos esses aspectos, o ano de 1978 ficará também marcado pelas características singulares que envolveram a política creditícia ao setor. Normalmente, as indústrias têm suas programações anuais de produção prejudicadas pela falta de conhecimento prévio do volume de crédito e das condições de financiamento que vigorarão em cada exercício. Ano passado, depois de marchas e contramarchas, somente em abril as indústrias tiveram suas pretensões atendidas: financiamento de 100% para compras de máquinas e implementos agrícolas até 200 MVR; de 90% para compras entre 200 e 5.000 MVR; e 75% para compras superiores a 5.000 MVR. Daí, configurou-se um quadro singular: do lado industrial, capacidade ociosa, pátios abarrotados, problemas financeiros; do lado do agricultor, carência de máquinas, crédito disponível, problemas financeiros. Nos dois extremos, portanto, uma constante – problemas financeiros – mas de origens diferentes. A iliqüidez conjuntural das indústrias derivava, no caso, da iliqüidez do produtor rural que, além de permanentemente manietado à política de preços administrados, emergia de uma safra de verão frustrada.

Nesse ponto, algumas perguntas incômodas saltam aos olhos: em que grau a artificialidade do mercado (compra e venda exclusivamente em função do crédito rural) constitui-se em fator de estagnação do mercado? As compras de máquinas resultam de necessidade efetiva de capitalização do produtor rural ou decorrem das facilidades creditícias que, no

caso de investimento de longo prazo, tornam o pagamento quase simbólico?

CAPITALIZAÇÃO DO AGRICULTOR – META DE DIFÍCIL ALCANCE

No Brasil, a capitalização do agricultor de médio e pequeno portes constitui objetivo ainda inalcançado: difícil de lograr, na verdade, pois a inexistência de um sistema real de seguro da produção agrícola (e não de seguro de crédito agrícola) junge por demais os agricultores à aleatoriedade dos fatores climáticos.

INDÚSTRIA DO SETOR – *MARKETING* ATUALIZADO

As indústrias do setor, por sua vez, acostumadas às facilidades de mercado prevalecentes até 1976, negligenciaram os aspectos mercadológicos de pré e pós-venda (equacionamento do problema do agricultor, garantia e assistência técnica) que, no caso específico de bens de capital, constituem elemento indispensável da estratégia dos que almejam sobreviver no mercado. Neste sentido, os empresários terão que se adaptar, daqui por diante (algumas empresas já vêm trilhando esse caminho), à nova realidade do mercado, constituído de consumidores com reduzido poder aquisitivo e gozando de menores facilidades de crédito.

FUTURO PRÓXIMO – CAPACIDADE OCIOSA?

Ainda assim, apesar desse panorama não muito otimista, algumas nuvens claras induzem à evidência sobre o artificialismo da atual crise do mercado: será a capacidade nominal das indústrias, hoje em dia grandemente ociosa, suficiente para atender a uma nova arremetida de desenvolvimento econômico em que a agricultura constitua realmente o centro das decisões, como preconiza o próximo governo da República?

A expansão das fronteiras agrícolas, em que o cerrado constitui imensa reserva perfeitamente mecanizável em toda sua extensão, aliada à intensificação do uso da terra dos estabelecimentos rurais existentes, implicará certamente uma demanda sempre crescente de máquinas e implementos agrícolas, que as indústrias precisarão estar em condições de atender.